

1 **ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS DO ALTO**
2 **IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA**

3 **OBJETO:** Aprovação da ata da sétima reunião ordinária, criação de
4 Câmara Técnica para revisão do Regimento Interno do Comitê, discussão
5 da Minuta de Resolução de Enquadramento dos rios do COALIAR com a
6 apresentação e discussão da Nota Técnica e a apresentação e discussão
7 da Minuta de Enquadramento, apresentação sobre: “A gestão de bacias
8 hidrográficas urbanas: a experiências de Curitiba”, pela eng^a e M.Sc.
9 Claudia Boscardin – PM de Curitiba, assuntos gerais e encerramento.

10 Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, às 14:00 horas,
11 na Sala do Conselho – CIETEP, realizou-se a 8ª Reunião Ordinária do Comitê
12 das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira. O Presidente do
13 COALIAR, Sr. ODAIR CESHIM, deu início à reunião, agradecendo à FIEP
14 pela cessão do espaço e realizando a verificação do quorum. Os nomes dos
15 membros presentes e respectivas instituições encontram-se em anexo a esta
16 ata, na lista de presença. O Sr. Presidente desculpou-se por sua ausência nos
17 meses anteriores devido a problemas de saúde e procedeu à leitura da pauta.
18 O Secretário Geral, Sr. JOSÉ LUIZ SCROCCARO fez a apresentação e posse
19 dos novos membros do Comitê, sendo empossados os membros titulares:
20 JOSÉ LUIZ SCROCCARO da SEMA, em substituição a MAURI CESAR
21 BARBOSA PEREIRA, JOÃO LECH SAMEK da SUDERHSA, em substituição a
22 JOSÉ LUIZ SCROCCARO, NESTOR BRAGAGNOLO da SEPL, em
23 substituição a WALDIR PAN, JAIRO JOSÉ MELO da Prefeitura Municipal de
24 São José dos Pinhais, em substituição a JOSÉ TADEU MOTTA, CARLOS
25 RENATO GARCEZ DO NASCIMENTO da Prefeitura Municipal de Campo
26 Magro, em substituição a CLÁUDIO RENATO WOJCKIEWICZ, HÉLIO GUILL
27 MORAES da Petrobras, em substituição a DANILO AUGUSTO DA COSTA
28 ALMEIDA, CARMEN LUCIA KASZKIEWICZ CABRAL da Trombini Industrial
29 S/A, em substituição a NIEL FERREIRA DA COSTA, RENÉ OSCAR PUGSLEY
30 da FIEP, em substituição a CLÁUDIO GROCHOWICZ, JORGE GRANDO da
31 APPAM em substituição a MARINA ZAITTER, e como membros suplentes: -
32 EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA da SUDERHSA, em substituição a JOÃO
33 LECH SAMEK, JOSÉ CARLOS ALBERTO ESPINOZA ALIAGA da SEPL, em
34 substituição a BERNARDO PATRÍCIO NETTO, ANTONIO LORY KALLUF
35 FILHO da Prefeitura Municipal de Pinhais, em substituição a JULIANO LAGO
36 SEBEN, EDUARDO KUDUAVSKI da Prefeitura Municipal de Araucária, em
37 substituição a HINO DIRLEI FALET PEREIRA, PEDRO LUIS PRADO FRANCO
38 da SANEPAR, em substituição a ERIVELTO LUIZ SILVEIRA, CLAUDIUS
39 AUGUSTUS FAGGION FILHO da FAEP, em substituição a SILVIO KRINSKI,
40 NILSON DE JESUS PIRES FALAVINHA da Prefeitura Municipal de Campina
41 Grande do Sul, em substituição a JAIME BARROS, GIL POLIDORO da
42 COMEC, em substituição a MARIA LETIZIA JIMENEZ ABBATE FIALA, ELOI
43 KUHN da Fazenda Rio Grande, em substituição a EDISON LARA. Em seguida,
44 o Sr. Presidente submeteu à votação a dispensa da leitura da Ata da 7ª
45 Reunião Ordinária, colocando a mesma em discussão e, não havendo
46 nenhuma observação, foi submetida à votação sendo aprovada por
47 unanimidade. Passou-se ao item 3 da pauta, que tratava da criação de Câmara
48 Técnica para revisão do Regimento Interno do Comitê e o Sr. JOSÉ LUIZ
49 SCROCCARO justificou a revisão tendo em vista que o COALIAR foi o primeiro
50 Comitê a ser instalado no Paraná, e que com o decorrer das reuniões se

51 percebeu que algumas alterações seriam bem vindas levando-se em conta
52 também a criação do Instituto das Águas do Paraná e as alterações da
53 legislação de recursos hídricos do Estado do Paraná. A criação da Câmara
54 Técnica foi colocada em votação, sendo aprovada e a coordenação da mesma
55 ficou a cargo da Sra. MARTHA SUGAI. Com relação à composição da Câmara
56 Técnica, ficou decidido que a Agência das Bacias irá marcar reuniões setoriais
57 para que os setores indiquem seus representantes, deixando claro que quem é
58 indicado é a entidade e esta deverá indicar seu representante e a Sra.
59 MARTHA SUGAI complementou com a informação de que as reuniões das
60 Câmaras Técnicas são abertas para quem quiser participar do processo,
61 mesmo não sendo membro. Em seguida, o Sr. Presidente passou ao 4º item da
62 pauta que se referia a apresentação da Nota Técnica de Enquadramento e da
63 Minuta de Resolução de Enquadramento passando a palavra ao Sr.
64 REINALDO JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS, Coordenador da CT-Plan. O
65 Sr. REINALDO JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS agradeceu aos
66 participantes da Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano e aos demais
67 colaboradores das discussões, ressaltando que as reuniões da CT-Plan
68 contavam sempre com a participação de outros interessados. O Coordenador
69 da CT-Plan comentou sobre os trabalhos da Câmara Técnica no
70 acompanhamento do Diagnóstico da Bacia e sua aprovação, com ressalvas,
71 pela plenária do Comitê e sobre o acompanhamento das discussões de
72 enquadramento. Relatou que foram realizadas sete reuniões da CT-Plan para
73 discussão do enquadramento e que paralelamente foram realizadas reuniões
74 com representantes de setores usuários de recursos hídricos, que contaram
75 com a participação de um grande número de técnicos. Agradeceu à SANEPAR
76 e à COMEC pelas informações prestadas; à COMEC também pelo papel de
77 articulação com os municípios; à COPEL; ao setor industrial e às Prefeituras
78 pelo esforço desempenhado para se trazer à Plenária a proposta de
79 enquadramento. Salientou a preocupação do grupo com o volume de
80 investimentos necessários para se atingir o enquadramento proposto, de se
81 ater a uma proposta factível. Em seguida passou a palavra ao Sr. ENÉAS
82 SOUZA MACHADO que deu início à apresentação da Nota Técnica de
83 Enquadramento. O Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO apresentou a metodologia
84 utilizada, os critérios adotados e uma estimativa dos custos para se chegar ao
85 enquadramento proposto, solicitando que a Sra. Olga Polatti procedesse à
86 leitura da minuta da resolução de enquadramento. A apresentação da nota
87 técnica, a minuta de resolução de enquadramento e a nota técnica sobre o
88 procedimento do enquadramento dos cursos d'água do Alto Iguaçu e Afluentes
89 do Alto Ribeira estão em anexo. Após as apresentações o Sr. Presidente abriu
90 para considerações. A Sra. MARIA ARLETE ROSA pediu vista ao processo de
91 enquadramento justificando que, tendo em vista o montante de recursos
92 envolvidos para investimentos, principalmente pela SANEPAR, seria
93 necessário um maior aprofundamento no cálculo do impacto financeiro.
94 Parabenizou a Câmara Técnica pelos trabalhos desenvolvidos, ressaltando que
95 o estudo era inédito bem como a metodologia aplicada. A Sra. MARIA ARLETE
96 ROSA questionou o fato de não se ter levado em conta metas progressivas,
97 uma vez que a SANEPAR está trabalhando em conjunto com a SUDERHSA
98 nas etapas de eficiência, no caso de outorga; questionou o valor utilizado de
99 R\$ 1.500,00 por habitante, sendo que na obra da Fazenda Rio Grande o custo
100 foi de R\$ 11.000,00 por ligação de esgoto e no SNIS o custo é da ordem de R\$

101 300,00. Ela comentou que grande parte dos investimentos necessários seria
102 para resolver um passivo ambiental, demonstrou preocupação em relação à
103 fonte de recursos para elaboração de tais obras e sugeriu que, como o
104 enquadramento envolve gastos dos diversos setores usuários além dos
105 referentes aos municípios, que fosse utilizada outra dinâmica para
106 apresentação do enquadramento para que os membros do Comitê pudessem
107 se apropriar e compreender exatamente a proposta, para poderem se
108 manifestar. Em seguida o Sr. REINALDO JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS
109 pediu a palavra para agradecer a colaboração dos técnicos do IAP na
110 elaboração da proposta de enquadramento, e lembrar que a Câmara Técnica
111 de Acompanhamento do Plano foi criada para acompanhar os trabalhos, com
112 representatividade dos três setores que compõem o Comitê e que os
113 representantes dos setores na CT-Plan deveriam ter discutido com os demais
114 membros do Comitê para prepará-los para a votação na Plenária. O Sr.
115 VALTER JOHNSON BOMFIM falou que a questão financeira abordada pela
116 Sra. MARIA ARLETE ROSA deveria ficar em segundo plano e que deveríamos
117 voltar nosso olhar para a qualidade das águas dos rios. Colocou que a água
118 que a população vem recebendo em Colombo seria de péssima qualidade e
119 que o Comitê deveria incluir na pauta de uma reunião próxima a água que é
120 vendida para a população da região norte da RMC que vem do sub-solo,
121 solicitando que essa sugestão fizesse parte da presente ata. O Sr. GIL
122 POLIDORO após cumprimentar os técnicos responsáveis pela elaboração da
123 proposta de enquadramento, ressaltou que, apesar da COMEC ter sido
124 mencionada como colaboradora do documento, estava encaminhando ao
125 Presidente do Comitê um parecer contendo sugestões e algumas críticas,
126 sendo que a primeira delas seria que a COMEC, enquanto coordenadora das
127 funções públicas de interesse comum da RMC, sentiu falta de um critério que
128 segundo seus técnicos deveria ser fundamental na proposta e que se refere à
129 ponderação das legislações municipais de uso e ocupação do solo e do Plano
130 de Desenvolvimento Integrado da RMC, o qual aponta eixos de
131 desenvolvimento, e expansão urbana, principalmente para a região sul da
132 região metropolitana e solicitou, caso essas condicionantes tivessem sido
133 levadas em conta, que ficasse claro no documento. Outra questão levantada
134 pelo Sr. GIL POLIDORO e que está contemplado no parecer por ele entregue,
135 foi que embora a posição da COMEC seja preservacionista, é também realista
136 e sendo assim, havia uma preocupação quanto ao enquadramento não
137 engessar o desenvolvimento dos municípios e citou dois casos como exemplo:
138 o rio Despique, que de sua nascente até sua foz estaria enquadrado na classe
139 2 e pelo fato do distrito industrial de Fazenda Rio Grande encontrar-se nesta
140 bacia, se essa classe seria compatível com este uso, levando em conta os
141 parâmetros físico-químicos, e o mesmo acontecendo com o rio Maurício,
142 enquadrado como classe 2 e classe 3, passando pela sede urbana e pelo
143 distrito industrial de Mandirituba. No caso das classes propostas não serem
144 compatíveis com os usos previstos pelos Municípios, seria necessário rever os
145 Planos Diretores, talvez sendo necessário alterar as legislações municipais,
146 bem como em relação ao previsto no PDI, resultado de uma discussão de dez
147 anos e que direciona o desenvolvimento da RMC para o sul. O Sr. GIL
148 POLIDORO também questionou se as classes previstas são compatíveis com
149 as diretrizes propostas e propôs que houvesse discussões a luz das variáveis
150 sociais, econômicas e ambientais, além da variável de investimentos proposta

151 pela Sra. MARIA ARLETE ROSA e também discussões com as prefeituras
152 municipais, para evitar que no futuro haja perda da estratégia de planejamento
153 da Região Metropolitana de Curitiba. Em seguida a Sra. MARIA ARLETE
154 ROSA retirou o pedido de vista, uma vez que a Sra. MARTHA SUGAI iria
155 propor o retorno à Câmara Técnica da proposta de enquadramento para
156 maiores discussões, explicando que não havia desconsiderado os esforços
157 feitos pelos técnicos envolvidos, inclusive dos técnicos da SANEPAR que
158 trabalharam em conjunto com a equipe da SUDERHSA e pediu licença para se
159 ausentar. A Sra. MARTHA SUGAI colocou que apesar de não fazer parte da
160 Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano, participou em quase todas as
161 reuniões de discussão de enquadramento com exceção de uma, tendo, porém,
162 mandado sua contribuição por e-mail, também reforçou as posições defendidas
163 nas reuniões em relação a Nota Técnica encaminhada aos membros do
164 COALIAR a primeira seria que a mesma não refletia a riqueza dos trabalhos
165 realizados e dos documentos e informações utilizadas não incluindo novas
166 informações fornecidas pela SANEPAR quanto origem e destino dos efluentes
167 domésticos tratados e não tratados. Outra posição que vinha tomando na CT-
168 Plan era de se apresentar duas Notas Técnicas, uma da SUDERHSA,
169 responsável pelos estudos, com as informações utilizadas no enquadramento e
170 outra da CT-Plan encaminhando a Nota Técnica ao Comitê, uma vez que a
171 Câmara Técnica seria responsável pela aprovação e encaminhamento. A Sra.
172 MARTHA SUGAI continuou seu pronunciamento explicando que
173 enquadramento é uma decisão muito importante a ser tomada, é um pacto
174 negociado entre todas as partes envolvidas tendo em vista o fato apresentado
175 pelo Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO de que os recursos arrecadados com a
176 cobrança são pequenos e, as obras e ações necessárias para que o curso
177 d'água se mantenha ou passe para a classe de enquadramento, deverão ser
178 realizadas com investimentos da SANEPAR, Prefeituras e, conseqüentemente,
179 esses órgãos deveriam conhecer a fundo a proposta e suas implicações, daí a
180 necessidade da Nota Técnica conter todas as informações necessárias para
181 um entendimento pleno do processo. Em relação à metodologia a Sra.
182 MARTHA SUGAI questionou o cálculo das cargas do runoff e sugeriu que a
183 Câmara Técnica voltasse a discutir a proposta de enquadramento levando em
184 conta o parecer da COMEC, revisasse a questão das cargas e que fossem
185 incluídas na Nota Técnica as informações necessárias para que ela sirva de
186 base para a defesa do enquadramento e da criação de um pacto
187 parabenizando a equipe pelo trabalho realizado. O Sr. ENÉAS SOUZA
188 MACHADO agradeceu as contribuições e explicou que a decisão de se ter a
189 Nota Técnica assinada pela Gerência de Bacia e pela Câmara Técnica havia
190 sido aprovada em reunião da Câmara Técnica, com um único voto contra, da
191 COPEL. Em relação ao pronunciamento do Sr. GIL POLIDORO, o Sr. ENÉAS
192 SOUZA MACHADO lamentou que a COMEC não houvesse remetido seus
193 comentários a tempo de terem sido levados em conta e também lamentou o
194 fato de não haver participação do representante oficial da COMEC nas
195 reuniões da CT-Plan e se comprometeu a agendar uma reunião para um
196 refinamento do documento e revisão dos custos necessários para a efetivação
197 da proposta de enquadramento. Em seguida, o Sr. EVERTON LUIZ DA COSTA
198 SOUZA pediu a palavra para esclarecer que a proposta de enquadramento
199 apresentada no momento se referia a corpos d'água superficiais, ficando para
200 outra ocasião o enquadramento das águas subterrâneas, mas reforçando o que

201 já havia sido colocado pelo Sr. VALTER JOHNSON BOMFIM, deveria se ter
202 uma preocupação especial com o Rio Barigui, por sua influência no Aquífero
203 Karst. O Sr. VALTER JOHNSON BOMFIM colocou sua preocupação em
204 relação a contaminação do Aquífero Karst pelos rios Pacotuba e Barigui por
205 serem eles de Classe 3, que a população abastecida pelo Karst estaria
206 pagando pela sua contaminação. O próximo membro do Comitê a fazer uso da
207 palavra, o Sr. ELOI KUHN, primeiramente se apresentou explicando que era
208 representante do município de Fazenda Rio Grande recém empossado no
209 Comitê e estava tomando conhecimento das discussões de enquadramento
210 naquele momento, concordando com a posição do Sr. GIL POLIDORO quanto
211 a verificação da compatibilização do enquadramento com os Planos Diretores
212 Municipais e citou o rio Despique, com a proposta de enquadramento na
213 Classe 2, relatando que a montante da captação da SANEPAR o rio está bem
214 protegido, porém, a jusante da captação passa pelo distrito industrial de
215 Fazenda Rio Grande e se o fato do rio estar enquadrado na classe 2 não
216 implicaria limitações aos empreendimentos industriais daquele distrito. O Sr.
217 ELOI KUHN informou que gostaria de ter acesso às atas das reuniões e de
218 participar das próximas reuniões da CT-Plan. Em seguida o próximo inscrito
219 para fazer uso da palavra, Sr. REINALDO JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS,
220 primeiramente se posicionou a favor do colocado pelo Sr. ENÉAS SOUZA
221 MACHADO em relação ao posicionamento da COMEC e da SANEPAR, uma
222 vez que a participação de seus técnicos foi expressiva, exceto pela ausência
223 do representante oficial no caso da COMEC, comentou também que em
224 relação a participação das prefeituras, a COMEC havia se encarregado de
225 promover uma reunião entre a SUDERHSA e a ASSOMECA para explicar aos
226 municípios o processo de enquadramento, após praticamente um ano de
227 trabalho da CT-Plan, demonstrou sua surpresa ao ver manifestações como se
228 os setores envolvidos, em particular COMEC e SANEPAR, não tivessem tido
229 oportunidade de participação, explicando que foi um processo aberto que
230 contou com a participação de todos, particularmente dos técnicos da
231 SANEPAR e da COMEC, do que se pode deduzir que não houve a necessária
232 internalização e repasse aos seus representantes no Comitê, das discussões
233 realizadas na CT-Plan o que, na sua opinião, demonstrava falta de
234 comprometimento destas instituições e, por esta razão, até por estar cansado,
235 colocou a Coordenadoria da Câmara Técnica à disposição do Sr. Presidente
236 para que ele indicasse outro membro do Comitê para exercer tal função. O Sr.
237 ENÉAS SOUZA MACHADO pediu ao Coordenador da CT-Plan que
238 reconsiderasse sua decisão acreditando que em breve se chegaria ao pacto
239 desejado por todos. A seguir, o Sr. ANTONIO CARLOS GERARDI comentou
240 que esse processo era um processo democrático e que os membros do Comitê
241 teriam o direito de terem suas dúvidas esclarecidas, e que ele não se sentia
242 seguro para votar a proposta tendo em vista a diferença entre o valor
243 apresentado na Nota Técnica e o valor apresentado na reunião e que não
244 haveria prejuízo para o processo discutir a proposta mais profundamente. O Sr.
245 TADEU D.B.RZNISKI colocou, principalmente para os novos membros do
246 Comitê, que a responsabilidade da Câmara Técnica era de acompanhar e dar
247 seu parecer em relação a proposta apresentada e que foi elaborada pela
248 Agência de Bacia, não sendo portanto responsável por qualquer insucesso e
249 que na pauta estava prevista a apresentação e discussão do enquadramento
250 sendo que, após a discussão no colegiado, com um prazo para os setores se

251 manifestarem e sugerirem alterações, voltaria para plenária para então ser
252 submetida a votação. A Sra. STELLA MARIS DA CRUZ BEZERRA pediu a
253 palavra para tentar falar em nome da Academia, por ser uma posição neutra,
254 sem ser do setor usuário nem do setor responsável pela elaboração das
255 políticas públicas. Ela falou que o enquadramento requer uma atitude “pé no
256 chão”, mas não se pode deixar de pensar no futuro, que o enquadramento
257 deve ter impacto positivo para as futuras gerações. Ela colocou que existem
258 tecnologias para permitir que um rio que passa por um distrito industrial possa
259 conviver com a classe 2, e que existem soluções técnicas para recuperar rios,
260 e se não forem soluções economicamente viáveis, seria nossa tarefa buscar
261 recursos tanto na esfera nacional como internacional, e que não deveríamos
262 deixar o rio Belém na classe 4 e sim almejarmos um rio melhor daqui a dez
263 anos. O Sr. Coordenador da CT-Plan voltou a pedir que fosse substituído na
264 sua função justificando que não era o fato de ser necessárias novas
265 discussões, mas sim de ver questões que poderiam, e deveriam, ter sido
266 levantadas nas reuniões da Câmara Técnica terem sido trazidas para a
267 Plenária, que justificavam sua decisão. O Sr. Presidente então passou ao 5º
268 item da Pauta que tratava da apresentação sobre “A gestão de bacias
269 hidrográficas urbanas: a experiência de Curitiba”, pela Sra. CLÁUDIA
270 BOSCARDIN da Prefeitura Municipal de Curitiba, que abriu a apresentação
271 explicando que havia sido convidada pelo Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO para
272 apresentar o resultado de sua dissertação de mestrado, não devendo portanto
273 ser encarada como funcionária da PMC durante o tempo de sua apresentação.
274 A apresentação encontra-se anexada a esta ATA. Em seguida, o Sr. JOSÉ
275 LUIZ SCROCCARO, substituindo o Sr. Presidente que necessitou se ausentar,
276 agradeceu à palestrante, elogiou o trabalho e comentou que as propostas
277 seriam, dentro do possível, aproveitadas no sistema de Gestão. Em relação ao
278 pedido de afastamento da coordenação da CT-Plan pelo Sr. REINALDO JOSÉ
279 RODRIGUES DOS SANTOS, falou que a diretoria do Comitê iria tentar
280 demovê-lo da decisão e informou que a Câmara Técnica se reuniria para rever
281 a proposta, sendo convidados os membros do Comitê para participarem da
282 discussão, esperando trazer para a Plenária uma proposta de consenso.
283 Passando ao 6º item da pauta, informou sobre os eventos que seriam
284 realizados em novembro, listados a seguir: do dia nove ao dia treze de
285 novembro seria realizado o XI Encontro Nacional de Comitês de Bacias
286 Hidrográficas em Uberlândia, Minas Gerais, onde seriam apresentados
287 diversos trabalhos com a realização de mini-cursos. Outro evento seria o 1º
288 Encontro de Organismos de Bacias da América Latina e Caribe realizado em
289 Foz do Iguaçu de 18 a 20 de novembro, e o terceiro evento seria o Simpósio da
290 ABRH realizado em Campo Grande de 23 a 27 de novembro. Por fim
291 agradeceu a presença de todos e deu por finalizada a 8ª Reunião Ordinária do
292 Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, da qual eu OLGA
293 RYDYGIER DE RUEDIGER POLATTI, técnica do Instituto das Águas do
294 Paraná, lavrei a presente Ata.

295 De Acordo

296

297 ODAIR GESCHIM

298 Presidente do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira